



**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**  
DIREÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS CONSULARES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

1

## **O APOIO À DIÁSPORA PORTUGUESA NO MUNDO: EIXOS DE ATUAÇÃO**

ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DO CONSELHO DA EUROPA

### Conferência da rede parlamentar sobre Políticas para a Diáspora

Uma iniciativa do sub-comité sobre cooperação com países não Europeus de origem e trânsito do Comité sobre Migrações, Refugiados e Pessoas Deslocadas da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa

Lisboa, 7 e 8 de setembro de 2017

Assembleia da República, Palácio de S. Bento

Intervenção dia 8 de Setembro, na segunda sessão, subordinada ao tema , “Relações com os países hóspedes: promoção do diálogo intercultural”:

---

Júlio Vilela  
8 de Setembro de 2017

*O apoio à diáspora portuguesa no mundo: eixos de atuação*  
*Lisboa, Assembleia da República, 8 de Setembro de 2017*



**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**  
DIREÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS CONSULARES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Em nome de Sua Excelência o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Luis Carneiro, que por estar em missão oficial no estrangeiro não pode estar hoje aqui presente, permitam-me saudar-vos e agradecer o convite endereçado para compartilharmos convosco, na sessão dedicada à promoção do diálogo intercultural, a experiência do tratamento das questões ligadas à diáspora portuguesa.

2

Composta por quase 5,2 milhões de cidadãos nacionais e luso-descendentes, espalhada pelos cinco continentes, tem constituído uma prioridade dos diferentes Governos Portugueses, ilustrado pelo facto de existir há mais de 40 anos um membro do Executivo exclusivamente dedicado aos problemas das Comunidades Portuguesas.

O Programa do XXI Governo Constitucional no seu capítulo VIII, considera indispensável *promover os recursos transnacionais, modernizar a ligação entre as instituições portuguesas e a diáspora, investir no intercâmbio económico, social, educativo e cultural, bem como, em permanência, vincar a importância e amplificar o papel das comunidades portuguesas no mundo. Só assim se podem apreender verdadeiramente as comunidades portuguesas em toda a sua diversidade e especificidade, rompendo com os clichés que por vezes subsistem. É numa ótica de reconhecimento e não de paternalismo, que se devem promover as iniciativas por e com as comunidades portuguesas.*

Facilitar a ligação dos portugueses residentes no estrangeiro às entidades públicas nacionais, potenciar o exercício da cidadania e a representatividade das comunidades, reforçar a solidariedade para com as Comunidades Portuguesas no Mundo, fomentar o investimento, o empreendedorismo e a internacionalização, manter vivas a cultura, as artes e a memória e dinamizar a rede associativa e atividades intergeracionais, têm constituído as prioridades da actual intervenção do Governo e, em consequência, dos serviços encarregados de as executar, pela forma e com os instrumentos que se enunciam em seguida.



**Quanto à ligação dos portugueses residentes no estrangeiro às entidades públicas nacionais**, a Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP) supervisiona diariamente o trabalho em 117 serviços consulares de carreira e 235 consulados honorários em 148 países e que, em 2016, praticaram 1,9 milhões de atos consulares. Sendo o acesso aos serviços consulares a trave-mestra do contacto institucional e administrativo entre os portugueses residentes no estrangeiro e as instituições nacionais, quanto mais eficaz e acessíveis forem aqueles serviços, mais plenamente se exerce a condição de cidadão português por parte de quem vive no estrangeiro, assim se fortalecendo os seus direitos e deveres.

E é nesta ótica que se insere a criação do *ato único de inscrição consular*, pelo qual qualquer cidadão nacional, independentemente do local onde resida, já não necessita de se reinscrever de novo nos consulados se mudar de residência, a possibilidade de *agendamento on line de atos consulares* e a extensão à rede consular dos serviços disponíveis no *espaço cidadão*. O programa de *permanências consulares* criado formalmente em 2006 mas em execução estruturada desde 2012, e que contou em 2016 com 620 intervenções, abrangendo 24 países, em 167 locais diferentes e atendendo mais de 33 mil utentes, que aproxima claramente os serviços das populações, continuará a ter um papel essencial na relação de proximidade com a diáspora. Os dados conhecidos do 1º semestre de 2017 apontam para um reforço da sua importância junto dos portugueses, tendo sido superados os resultados alcançados no período homólogo de 2016.

No quadro da criação do *e-Balcão consular*, estão em curso estudos preparatórios conducentes à *desmaterialização dos atos consulares* na ótica do atendimento, com vista a garantir uma progressiva simplificação na prática de diferentes atos consulares pelos cidadãos em qualquer parte do mundo com redução da necessidade de deslocação a postos consulares.



**Para potenciar o exercício da cidadania e a representatividade das comunidades** na linha de que a cidadania constitui a pedra essencial de uma visão republicana da nossa vida em comum, torna-se essencial a participação na “res publica” para que os portugueses se sintam cidadãos tanto no país de origem, como no da residência. Estão em curso diferentes iniciativas legislativas em sede parlamentar, com vista a simplificar e agilizar a inscrição nos cadernos eleitorais nos serviços consulares, incluindo o estabelecimento do automatismo no recenseamento eleitoral que pode vir a beneficiar perto de um milhão de portugueses titulares de cartões de cidadão com residência no estrangeiro. A estas iniciativas acrescem as práticas já institucionalizadas de diálogo com os representantes das comunidades, através dos *conselhos consultivos* dos postos consulares e diplomáticos e com o *Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP)*.

**Para reforçar a solidariedade para com as Comunidades Portuguesas no Mundo**, e tendo presente que a vaga de emigração ocorrida à raiz da crise financeira vivida após 2011, levou à saída do país de “novos” emigrantes com e sem qualificações, emigrando sem qualquer tipo de preparação em relação ao país onde chegam, muitas vezes não conhecendo a língua nem os procedimentos próprios de cada país, desde janeiro de 2016 que foi intensificada a negociação de instrumentos internacionais de segurança social tendo já sido possível celebrar seis novos acordos, prevendo-se ainda o início de contactos com vista à celebração e entrada em vigor de 13 novos instrumentos ou acordos administrativos subsequentes.

À luz dos recentes acontecimentos na Venezuela foram reforçados os mecanismos de apoio à numerosa comunidade portuguesa naquele país por via do aumento das permanências consulares, através da implementação de novas deslocações sociais por todo o vasto território, com a nomeação de novos técnicos de serviço social e com a simplificação da aplicação à Venezuela do mecanismo ASEC – Apoio Social para Emigrantes Carenciados.



**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**  
DIREÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS CONSULARES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Continuam a existir portugueses interessados em emigrar no quadro da elevada mobilidade das pessoas que ocorre em todo o Mundo, e por isso é necessário que sejam bem conhecedoras dos países para onde pretendem deslocar-se. Mas também se tem constatado o fenómeno oposto isto é, o de regresso a território nacional de portugueses emigrados. É por isso cada vez mais importante envolver o poder local na lógica dos movimentos da diáspora, pois 90% dos nacionais que regressam a Portugal fixam-se na Freguesia donde partiram, sendo as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia os seus pontos de referência.

Daí que tem sido dada particular atenção à rede dos *Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE)* que resultam de Acordos de Cooperação entre a DGACCP e as Câmaras Municipais, e que assentam nos princípios da disponibilidade para o atendimento e da proximidade ao utente. Houve um reforço do número de Gabinetes de Apoio ao Emigrante (são hoje 139 já em todo o país) e foram criados 10 GAE'S de 2ª geração com a integração de novas valências informativas ao cidadão, designadamente na área da promoção do empreendedorismo, da atração de investimento, das questões fiscais e de reconhecimento de diplomas estrangeiros.

**Para fomentar o investimento, o empreendedorismo e a internacionalização** foi relançado o trabalho do *Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora (GAID)*, plataforma orgânica vocacionada para identificar, apoiar e facilitar o micro e pequeno investimento com origem nas Comunidades Portuguesas e Luso-descendentes dirigido a Portugal, acompanhar projectos em curso ou em perspetiva e estimular e orientar as iniciativas de internacionalização de empresas de base regional, da referida dimensão.

Realizou-se assim em dezembro de 2016 em Sintra o *I Encontro de Investidores da Diáspora* que contou com a participação de 255 agentes empresariais provenientes de 38 países e representantes de Câmaras de Comércio, Associações Empresariais, Fundações, Instituições de ensino e de áreas de educação e formação, entre outras entidades,



**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**  
DIREÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS CONSULARES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

públicas e privadas, 21 Municípios e Comissões Intermunicipais e cerca de 50 empresários e representantes locais do tecido económico e de empreendedorismo.

6

Decorre já a preparação do 2<sup>o</sup> Encontro que terá lugar em Viana do Castelo a 15 e 16 de dezembro deste ano.

Como complemento operacional e suporte destas dinâmicas, por indicação de S.Exa. o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, foi estabelecida uma rede de pontos focais onde representantes de entidades institucionais, facilitam e canalizam a informação necessária ao tratamento dos processos, ações e propostas provenientes dos investidores e promovem a agilização possível e necessária para resposta adequada às exigências daquelas.

**Para manter vivas a cultura, as artes e a memória,** a internacionalização da cultura portuguesa passou a ser orientada pela Resolução de Conselho de Ministros nº 70/2016 (de 22 de novembro), que preconiza uma gestão mais integrada a nível de planeamento e execução das políticas públicas de ação cultural externa, assim como ao nível da atribuição de apoios públicos e do incentivo à divulgação das ações de promoção da cultura portuguesa no exterior. Esta RCM envolve diversos organismos, aprova orientações gerais de ação e determina a coordenação das políticas públicas de ação cultural externa, sendo que esta competência é atribuída a dois organismos sob a tutela dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Cultura, o Camões, I.P e o GEPAC – Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, respetivamente. Neste âmbito, foram definidos eixos transversais de programação que privilegiam temas inspirados em matérias da atualidade (como por exemplo, Cultura e desenvolvimento sustentável; Cultura, cidadania e género; Cultura, educação, ciência e inovação; Interculturalidade e migrações) efetivando-se as iniciativas de promoção cultural através do papel ativo das redes externas do MNE (Embaixadas e Consulados) e do



**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**  
DIREÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS CONSULARES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Camões, IP (Centros Culturais, Centros de língua, leitorados), em parceria com outras entidades, quer estrangeiras, quer nacionais.

Em 2017, esta coordenação culminou na elaboração de um Plano Indicativo Anual de Ação Cultural Externa, que abrange 75 países, de 5 continentes e inclui aproximadamente 1.300 ações.

**Para dinamizar a rede associativa e atividades intergeracionais,** entrará brevemente em vigor um novo mecanismo legal que estabelece e regula as condições de atribuição de apoios às ações e projectos de movimentos associativos das comunidades portuguesas no estrangeiro.

Com este novo enquadramento ficam definidos legalmente os procedimentos de candidatura à atribuição de apoios e fixam-se os objectivos as ações prioritárias nesta matéria. Entre estes objectivos contam-se a promoção da língua e da cultura portuguesas, a inclusão social, a capacitação e a valorização profissional, a participação cívica e política, o combate à xenofobia e o diálogo com as micro e pequenas empresas dos portugueses residentes no estrangeiro que queiram investir em Portugal. Pretende-se, assim, um reforço de organização e rigor na avaliação e aplicação dos meios públicos ao serviço do movimento associativo, promovendo-se a transparência e garantindo um apoio efectivo no estrangeiro.

Sem prejuízo da criação deste novo mecanismo legal, desde o início de 2016 que tem sido feito um esforço importante de mobilização direccionada de meios financeiros para as acções mais importantes levadas a efeito pelas associações no estrangeiro. No ano passado, dos 88 apoios concedidos, 28,7% destinaram-se à ação social e 26,1% a actividades de natureza cultural, seminários e exposições. A Europa totalizou 52,6% do total de verbas atribuídas e dos 21 países onde associações portuguesas beneficiaram de financiamento a projectos desenvolvidos, a fortaleza e dinâmica do movimento associativo foi particularmente evidente em França, já que concentrou 34,6% do apoio, seguida do Brasil com 13,7% e da Venezuela com 13,5%. No 1º



**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**  
DIREÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS CONSULARES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

semestre de 2017, as tendências antes referidas mantêm-se sem desvios substanciais.

Finalmente, num mundo permanentemente em mutação, em que a mobilidade internacional por razões profissionais e lúdicas se tem vindo a aprofundar, em que o mercado de trabalho de qualquer cidadão deixou de ser o da sua residência mas o do globo terrestre, em que se multiplicam os programas de troca de experiências internacionais de estudantes das mais diversas origens e em que as questões de segurança têm vindo a ganhar contornos de marcada importância, também para os turistas nacionais, o Governo continua a concentrar ações em prol das pessoas, agentes vivos das mudanças nas sociedades de hoje, para o efeito tendo sido criada uma aplicação para telemóvel designada *registo viajante* e que constitui apoio e aliado do viajante português no estrangeiro em situações de emergência.

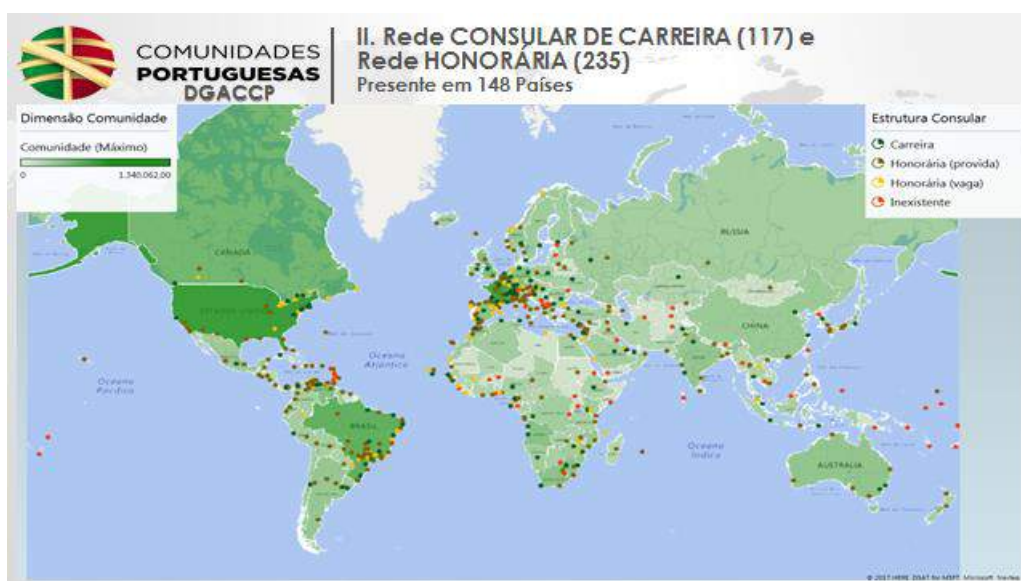
Estimados conferencistas,

Eis assim de forma sucinta e linear, as principais características da relação do Portugal moderno e contemporâneo com a sua diáspora, que estou certo sairá mais enriquecida com o debate que se possa seguir e para o qual estou desde já disponível.

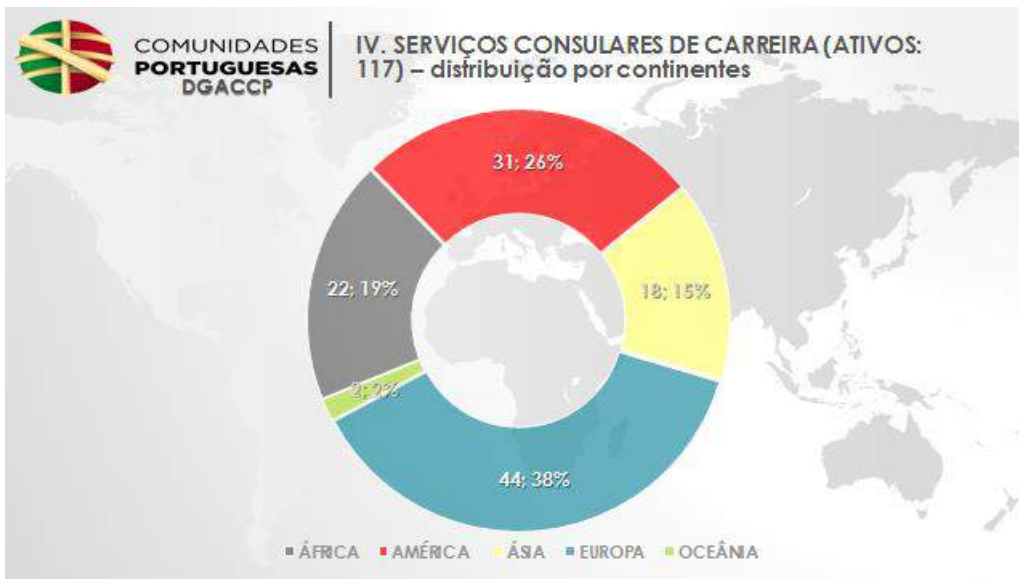
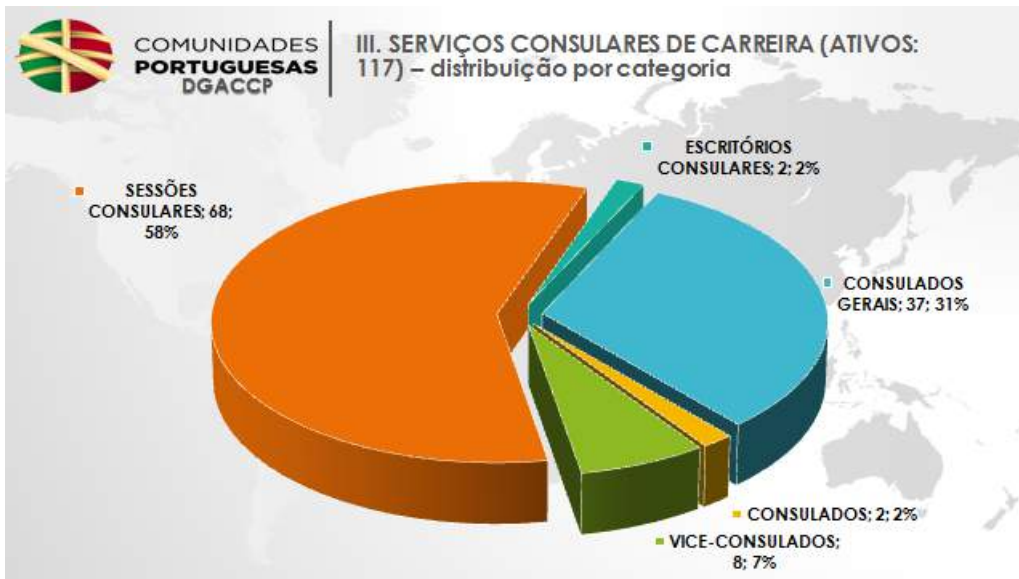
Muito obrigado



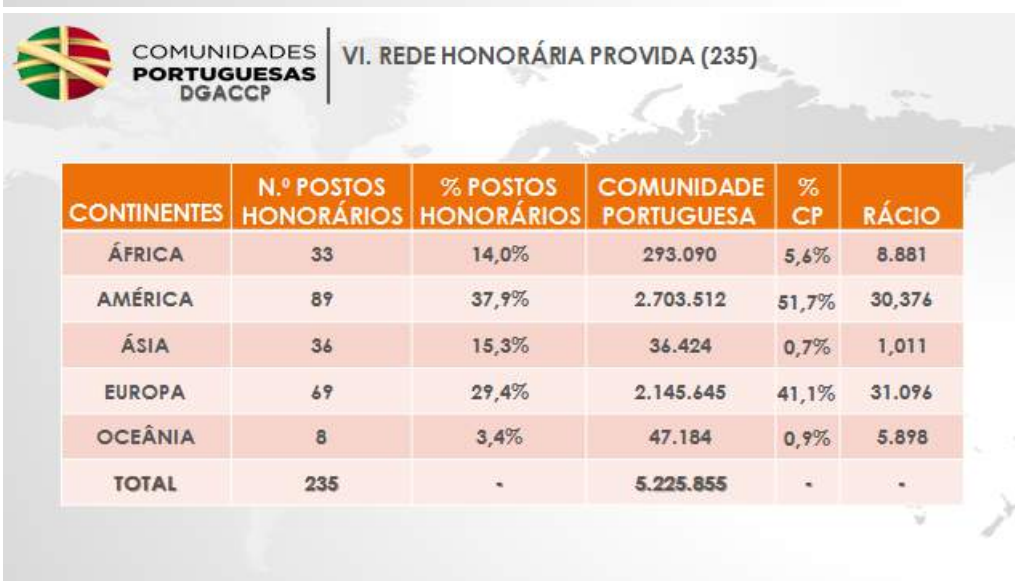
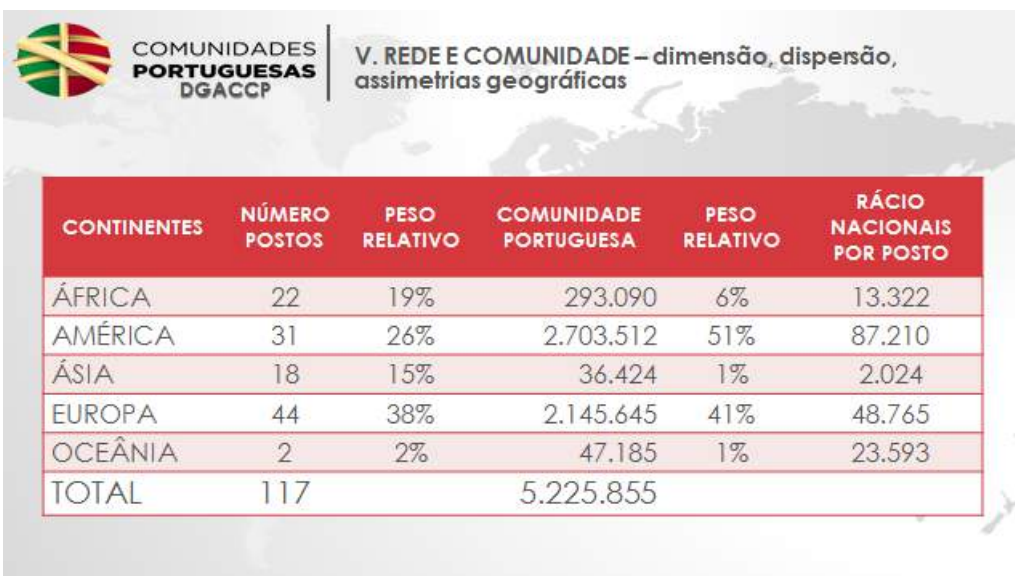
## DOCUMENTAÇÃO DE APOIO:



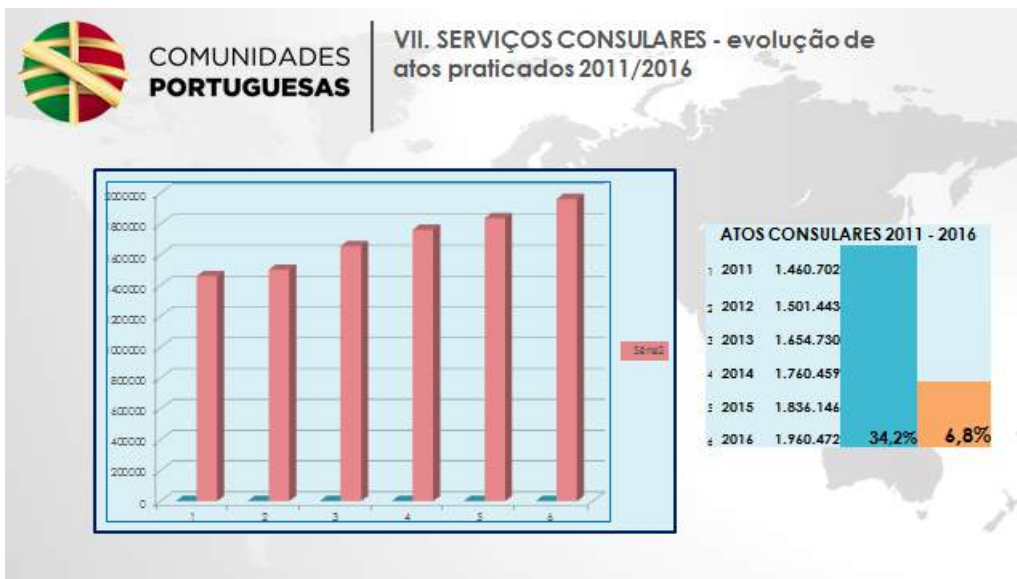
**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**  
DIREÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS CONSULARES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS



**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**  
DIREÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS CONSULARES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS



**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**  
DIREÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS CONSULARES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

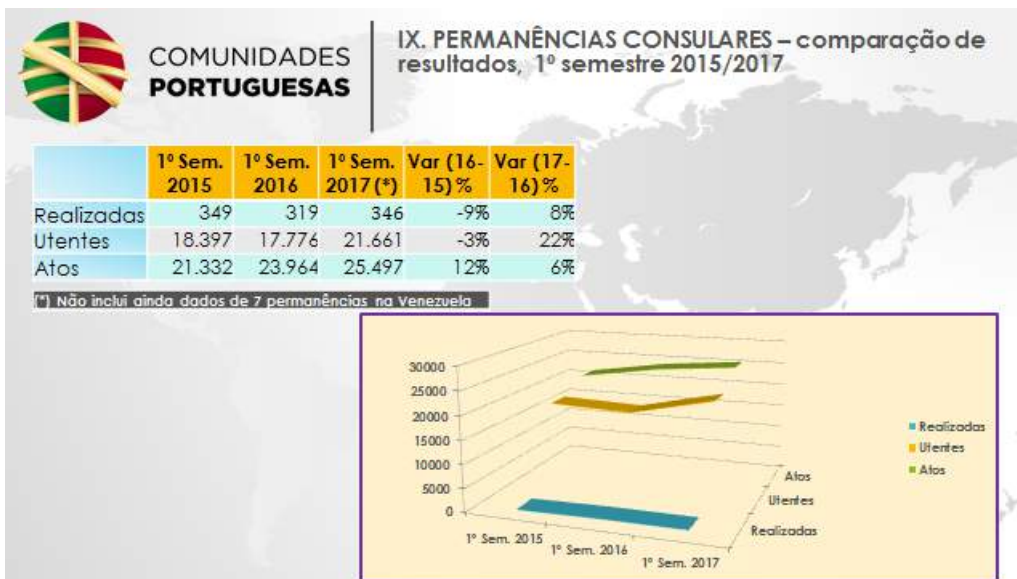


**COMUNIDADES PORTUGUESAS DGACCP**

**VIII. ATIVIDADE CONSULAR – evolução das permanências consulares**

	2012	2013	2014	2015	2016
Nº Permanências	141	536	587	618	620
Postos	16	33	37	42	44
Países	6	16	21	27	24
Locais	53	142	147	184	167
Utentes	3.991	25.035	28.381	32.635	33.443
Atos	4.728	32.550	37.960	39.170	41.914

**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**  
DIREÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS CONSULARES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS



**COMUNIDADES PORTUGUESAS** | X – Conselhos aos viajantes – registo viajante

<https://www.portaldascomunidades.mne.pt/>

217 929 714  
961 706 472

[gec@mne.pt](mailto:gec@mne.pt)

registo  
**vijante**

[android](#)  
[apple](#)



S. R.

**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**  
DIREÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS CONSULARES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS



 **COMUNIDADES  
PORTUGUESAS** | **DGACCP**

**Obrigado**

**JULIO.VILELA@MNE.PT**

Lisboa, 8 de setembro de 2017  
Assembleia da República